

RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (2014–2024)

Weyla Maylane Bonfim de Assis ¹

Rodrigo Gustavo de Souza ²

RESUMO

A abordagem teórica aqui proposta analisou a relação entre educação e desenvolvimento econômico à luz das políticas educacionais implementadas e descontinuadas no Brasil entre os anos de 2014 e 2024 e fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental. O referencial teórico dialoga com autores que discutem a interface entre educação e desenvolvimento econômico, tais como, Mora *et al.* (2025); Lopes Santos e Alencar (2022); Moraes (2024); Saviani (2024); entre outros. Apoiando-se ainda, em legislações e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); que possibilitaram a análise dos indicadores educacionais e econômicos no período recortado. Constatou-se, que os indicadores educacionais brasileiros ao passo que revelam melhorias quanto à democratização do acesso e cobertura educacional no Brasil, evidenciam obstáculos que comprometeram o pleno aproveitamento do potencial transformador da educação, a exemplo das reduções drásticas de investimentos no Parfor; descontinuação gradual do Pnaic; encerramento do Programa Ciência sem Fronteiras; alteração nas regras e reduções de vagas do Fies; e a baixa execução, falta de monitoramento, e escassez no financiamento do PNE cujas metas em sua maioria não foram cumpridas. Foi possível estabelecer que as políticas educacionais quando bem estruturadas e continuadas, representam importantes ferramentas para a redução das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade do ensino e promoção do crescimento econômico sustentável e inclusivo. Concluiu-se, que se faz necessário a elaboração de uma agenda educacional integrada, que permita o planejamento e o estabelecimento de diretrizes intersetoriais consistentes e entre diferentes etapas e modalidades de ensino visando consolidar a educação como eixo central para o desenvolvimento econômico nacional.

Palavras-chave: Educação, Políticas Educacionais, Desenvolvimento Econômico, Brasil.

INTRODUÇÃO

A educação tem se consolidado como um dos pilares para o desenvolvimento econômico de um país, dada sua capacidade de contribuir com a valorização do capital humano, avanços tecnológicos, aumento da renda e equidade social. Cabe ressaltar, que são muitos os critérios para mensurar o desenvolvimento de uma economia, posto que este é um conceito que envolve múltiplas dimensões e cenários complexos de transformações e alterações sociais,

¹ Autora. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão -UFMA, weylamaylane@gmail.com

² Orientador- Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia; professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), rodrigo.gustavo@ufma.br

econômicas e políticas que vão além do crescimento do produto interno bruto (PIB) abrangendo o bem-estar social e a qualidade de vida da população por meio do atendimento de suas necessidades.

Desse modo, se estabelece uma relação direta ente a capacidade de um país de elaborar e continuar políticas educacionais capazes de assegurar o acesso a uma educação de qualidade para a longo prazo mitigar as desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento econômico. No Brasil entre os anos de 2014 e 2024, o campo educacional foi marcado por avanços e retrocessos, em que a implementação de programas levou a resultados educacionais positivos que contribuíram com o Plano Nacional de Educação (PNE); entretanto, a instabilidade política, as restrições orçamentárias e as alterações no financiamento público implicaram na descontinuidade de muitos desses projetos revelando a fragilidade do sistema e afetando as metas direcionadas à democratização do ensino, formação docente e melhoria da qualidade do ensino.

Nessa conjuntura, o presente estudo analisou a interdependência entre educação e desenvolvimento econômico à luz das políticas educacionais implementadas e descontinuadas no Brasil entre os anos de 2014 e 2024. A escolha por esse recorte temporal é justificada por ser um período que passou a vigorar o PNE para o decênio (2014-2024), bem como, por englobar uma década de significativas transformações no cenário econômico e político que impactaram as políticas educacionais brasileiras. A pesquisa foi fundamentada em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo realizada por meio de uma revisão bibliográfica

O referencial teórico dialoga com autores que discutem a interface entre educação e desenvolvimento econômico, tais como, Mora *et al.* (2025); Lopes Santos e Alencar (2022); Moraes (2024); Saviani (2024); entre outros. Apoiando-se ainda, em legislações e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); que possibilitaram a análise no período recortado.

Os resultados sugerem que mesmo sendo registrados avanços no cenário brasileiro no que diz respeito ao acesso a educação básica e superior por meio de políticas que visam garantir a democratização do ensino, tais políticas se tornam ineficazes quando confrontadas com o desenvolvimento econômico, revelando problemas estruturais ao serem desarticuladas e descontinuadas comprometendo as estratégias para o alcance das metas educacionais a médio e longo prazo.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica, definida por Minayo (2017), como aquela utiliza a literatura para compreender aspectos referentes a um determinado tema e contribui para estruturar pesquisas futuras. Visa procurar fontes que possam dar aporte científico às discussões. De acordo com Lakatos e Marconi (2021) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada com embasamento em materiais já publicados, podendo o arcabouço ser composto de artigos, livros, revistas, normativos, teses, dissertações e etc.

Fez-se uso ainda, de uma abordagem qualitativa, na busca por compreender e analisar o objeto de pesquisa, visto que segundo Minayo (2017) o estudo qualitativo investiga evidências que não se embasam em dados estatísticos ou matemáticos, utilizando informações verbais e visuais para compreender e interpretar um fenômeno de forma aprofundada.

Desse modo, o presente estudo foi desenvolvido através da análise de materiais publicados em livros, revistas e artigos que abordavam a interface entre políticas educacionais e desenvolvimento econômico no Brasil, entre os anos de 2014 e 2024. Trata-se portanto, de um levantamento bibliográfico que se apoiou nas perspectivas teóricas de autores como: Mora *et al.* (2025); Lopes Santos e Alencar (2022); Moraes (2024); Saviani (2024); bem como, em documentos oficiais, como o PNE (2014–2024) e relatórios do INEP; que possibilitaram a análise no período recortado.

Os textos que integraram este estudo bibliográfico foram publicados em Língua Portuguesa, possuíam relação com o objetivo previamente estabelecido e estavam datados entre 2014 e 2024. Após a leitura, foram elegíveis os que melhor se relacionavam à proposta deste trabalho, estando entre eles prioritariamente artigos e livros, que subsidiaram o referencial teórico e os resultados discussões

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao se pensar a educação no contexto latino-americano, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe desde sua criação datada do ano de 1948, considerou a educação como um elemento essencial para conciliar o crescimento, a equidade e a participação do indivíduo na sociedade (Cepal, 2019). É reconhecida ainda a importância da educação no contexto social e econômico mundial, podendo ser observada no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como uma das 17 metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para transformar o mundo.

No cenário brasileiro, a educação tem sua importância reconhecida na Constituição Federal de 1988, imposta como um direito de todos e dever do Estado e da família; caracterizada ainda como um direito social. Nessa seara, a educação pública deve primar pelo desenvolvimento pleno, por uma formação cidadã que engloba o as questões de cunho social e econômico e não apenas técnicos (Tavares, Santos, 2020).

Diante disso, fica estabelecida a relação entre educação e desenvolvimento econômico, tida como um dos eixos para a elaboração de políticas públicas e da economia do desenvolvimento, posto que a educação desde a formulação da teoria do capital humano, passou a ser vista como um investimento estratégico que contribui para a redução das desigualdades sociais. Para Lúcio; Gomes e Pereira (2019), o sistema econômico é influenciado pelo nível de capital humano da população, o que impacta nos avanços tecnológicos, aumento da produção, da lucratividade, resolução de problemas e conflitos, redução melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, evidencia-se que a agilidade em que a educação avança, junto a ampliação do processo educacional influenciam diretamente a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico. Tal relação segundo Mora *et al.* (2025), é estabelecida a partir de dois diferentes meios de transmissão: de um lado a expansão educacional que eleva a produtividade do trabalho e colabora para o crescimento econômico, impactando os salários, a produtividade do trabalho e reduzindo a pobreza; e do outro a expansão da educação que promove mobilidade e maior igualdade social, a transformando em um ativo de distribuição mais eficaz que qualquer outro ativo físico.

A educação é apontada como determinante estrutural do desenvolvimento econômico, nas palavras de Saviani (2024, p. 49) ela “não é apenas uma decorrência do desenvolvimento, mas uma de suas condições de possibilidade”, revelando a necessidade de políticas educacionais alinhadas a um projeto de desenvolvimento nacional com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades regionais e o crescimento sustentado.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS (2014–2024)

No Brasil os anos entre 2014 e 2024 foram marcados por mudanças institucionais e de financiamentos que impactaram os investimentos em políticas educacionais e consequentemente a continuidade de programas e comprometeram as reformas na educação. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005/2014, que passou a vigorar em 2014, representou segundo Tavares e Santos (2020), um marco normativo quanto ao

estabelecimento de metas voltadas para a universalização do acesso à educação, à melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Em conformidade com o INEP (2023), mesmo com os avanços relacionados à educação infantil e ao ensino médio, as metas estabelecidas no PNE, não foram atingidas em sua maior parte, em especial aquelas voltadas à melhoria do aprendizado e à redução das desigualdades regionais. Assim, segundo Lopes; Santos e Alencar (2022), compreende-se que a promoção do desenvolvimento não perpassa unicamente pela elaboração de políticas educacionais e implementação temporária destas, sendo essencial sua execução e mais ainda sua continuidade com enfoque na qualidade dos serviços educacionais ofertados, sendo estas condições indispensáveis para que o PNE produza resultados efetivos, impactando a aprendizagem e contribuindo com a formação cidadã.

Na década estabelecida para análise, buscou-se por meio de inúmeras estratégias ampliar o acesso à educação básica e superior de modo a garantir a permanência dos alunos nessas modalidades de ensino, por meio de programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR); e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Entretanto, observou-se segundo Costa; Figueredo e Conssetim (2021), a dificuldade de manutenção desses programas, o PNAIC, que objetivada assegurar a alfabetização de crianças com idade até oito anos foi interrompido a partir de 2018, comprometendo as políticas de alfabetização. O PARFOR, voltou-se para a formação inicial dos professores da educação básica com enfoque nas regiões interioranas. Todavia, a redução dos investimentos comprometeram a execução do programa não atendendo aos objetivos propostos. Por sua vez, no ensino superior, foram desenvolvidos programas como o FIES, com o intuito de facilitar o ingresso de estudantes de baixa renda em instituições de ensino privadas, cujas alterações após o ano de 2017, limitaram o número de beneficiários e comprometeram a permanência de estudantes com rendas menores.

No Brasil, os anos de 2014 a 2024, foram marcados ainda pela descontinuidade de programas como o Ciência sem Fronteiras, o que segundo Costa (2023), reduziu oportunidades de interação com universidades estrangeiras e consequentemente impactou a médio e longo prazo o capital humano, demonstrando que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento social e econômico, posto que os investimentos em educação promovem inovações tecnológicas, aumentam a renda, reduzem desigualdades, e melhoram a qualidade de vida da população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio da literatura consultada sugerem uma relação direta entre desenvolvimento econômico e políticas públicas voltadas para a educação, ficando isso evidenciado por Lopes; Santos e Alencar (2022), ao mencionarem que países que investiram em políticas públicas voltadas à educação a longo prazo experimentaram um exponencial patamar de desenvolvimento econômico, o que eleva a qualidade de vida da população ao passo que apresentam melhoria dos salários e equidade na distribuição da renda.

O Brasil no entanto, ainda apresenta ritmo lento no que tange ao desenvolvimento econômico sustentado, pois segundo os achados de Costa; Figueredo e Conssetim (2021), exibe dificuldade em articular políticas educacionais e econômicas, o que compromete a capacidade da educação sobre o aumento da produtividade, redução das desigualdades regionais e sociais e avanços tecnológicos. Os autores supramencionados corroboram entre si, ao estabelecer que as políticas direcionadas à educação ao serem fragmentadas limitam a elaboração de estratégias integradas em âmbito nacional que transformem a educação em vetor do desenvolvimento.

Nesse interim, Mora *et al.* (2025); Costa (2023) e Lopes Santos e Alencar (2022), apresentam discussões voltados para o marco temporal estabelecido no presente artigo, e estabelecem que entre os anos de 2014 e 2024, foram perceptíveis os avanços quanto a elaboração de políticas públicas que ampliaram o acesso à educação. Em contrapartida, é importante ressaltar que esse período também foi marcado por desafios quanto à continuidade e/ou redução de investimentos em programas e políticas como o PNAIC, PARFOR, FIES e Ciência sem Fronteiras, revelando a desarticulação e fragilidade da política educacional brasileira.

Compreende-se ainda, com base na literatura consultada que o não cumprimento das metas do PNE (2014-2024), é um exemplo de como a descontinuidade e fragmentação de políticas educacionais são capazes de comprometer os resultados a médio e longo prazo, uma vez que parte das estratégias traçadas pelo referido plano se sustentavam em programas que foram descontinuados, impactando diretamente o alcance dos objetivos traçados e os avanços do país se comparados a países que direcionam investimentos de maneira sistematizada para o desenvolvimento do capital humano.

Quanto aos países que conseguiram alinhar políticas educacionais e econômicas Tavares e Santos (2020), citam a Coreia do Sul e Finlândia como exemplos dos que apresentaram expressivos ganhos no que diz respeito a produtividade, qualidade de vida e bem-estar social. No mesmo sentido, Moraes (2024), converge com Tavares e Santos (2020) e acrescenta que no

caso brasileiro a integração entre setores consiste em condição essencial ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, em especial no que envolve a educação de qualidade, trabalho docente e crescimento econômico.

Todavia, foi possível constatar por meio das análises bibliográficas, que essa integração ainda ocorre de maneira fragilizada, permeada por avanços e retrocessos, que envolvem os cortes orçamentários, as transformações no cenário político e a baixa capacidade de monitoramento, o que mitiga o potencial da educação de se estabelecer como principal estratégia de desenvolvimento. Logo, os dados obtidos evidenciam que mesmo a educação sendo capaz de impactar o desenvolvimento econômico brasileiro, isto depende da elaboração, articulação e continuidade de políticas públicas que sejam capazes de garantir não apenas o acesso à escola, mas uma educação de qualidade, permitindo atuar como agente transformadora da realidade socioeconômica da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos ao longo deste estudo evidenciam a interrelação entre as políticas educacionais e o desenvolvimento econômico brasileiro, contudo, os resultados sugerem um comprometimento das estratégias a médio e longo prazo fruto da redução progressiva e/ou não sustentação de programas e fundos voltados para a educação brasileira entre os anos de 2014 e 2024 mitigando as estratégias de promoção de uma educação de qualidade, e desenvolvimento sustentável.

Constatou-se que, as reduções drásticas de investimentos em programas como o PARFOR; a descontinuação gradual do PNAIC; o encerramento do Programa Ciência sem Fronteiras; as alterações nas regras e reduções de vagas do FIES; junto à falta de monitoramento, e escassez nos financiamentos comprometeram a execução do PNE cujas metas em sua maioria não foram cumpridas, o que impactará o desenvolvimento social e econômico a longo prazo, o emprego, a renda e a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, urge a necessidade de elaboração de uma agenda educacional integrada, que possibilite planejar e estabelecer diretrizes consistentes entre diferentes etapas e modalidades de ensino com o intuito de consolidar a educação como eixo central para o desenvolvimento econômico nacional.

Este trabalho oferece contribuições acadêmicas relevantes ao suscitar discussões envolvidas da educação enquanto estratégia de desenvolvimento, reiterando a necessidade de adotar abordagens intersetoriais que articulem educação, economia e desenvolvimento da

sociedade. Nesse interim, propõem-se que sejam desenvolvidas pesquisas que estimem impacto direto das políticas educacionais no desenvolvimento econômico regional e nacional, por meio da análise temporal de indicadores e da adoção de modelos econométricos que possibilitem tal estimativa.

REFERÊNCIAS

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2018: **Documento informativo.** Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

COSTA, Fabíola Elizabete; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; COSSETIN, Márcia. Políticas públicas de alfabetização no Brasil: análise do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA). **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 630–647, 2021. DOI: [10.14393/REPOD-v10n2a2021-60223](https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n2a2021-60223). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/60223>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COSTA, Maria da Conceição. **Políticas educacionais e desigualdades no Brasil pós-pandemia.** São Paulo: Cortez, 2023.

INEP. **Relatório de Monitoramento do PNE 2023.** Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 2 ago. 2025.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A, **Técnicas de pesquisa.** 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LOPES, Arleson Eduardo Monte Palma; SANTOS, José Nazareno Araujo; ALENCAR, Douglas. Contribuição da educação para o desenvolvimento econômico: reflexões teóricas. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 11, n.2, p. 26-39, dez. 2022 . Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/14792>. Acesso em: 3 ago. 2025.

LÚCIO, F. G.C; GOMES, J. W. F.; PEREIRA, R.A.C. Educação básica, capital humano e crescimento econômico: uma análise para os estados brasileiros. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/40470>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MINAYO, M.C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2017.

MORA, Reinaldo; LIMA, Joyce Souza; SANTOS, Maria Victória Beltrami; SILVA, Yalle Maria Duarte. **Educação e desenvolvimento econômico: como a educação influencia no desenvolvimento do país.** [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/9e391a83-ef44-422b-8729-cdcbffe63e3a/full>. Acesso em: 16 out. 2025.



MORAES, Cláudia. **Educação, Inovação e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2024.

TAVARES, M.; SANTOS, E. Novos modelos de educação superior. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 50, p. 185–191, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/7555/4477>. Acesso em: set. 2025.